

João Pires

Digníssimo reitor da Universidade do Porto, Exmo  
Sr Presidente da Comissão Eventual da A.R, Dr Dias Loureiro,  
Exmo Sr Dr, Abílio Araújo da Fretilin e Paulo Pires da UDT,  
Exmo Sr Brigadeiro Lemos Pires, senhores deputados, caros  
refugiados, concidadãos:

Os mauberes, cuja justa causa aqui nos reuniu,  
esperam de nós, portugueses, reconhecimento, justiça e exactidão.  
Foi partindo destas referências essenciais que muito sintetica-  
mente abordarei a questão da sua identidade como povo. Contudo,  
antes de vos expor as várias componentes que de forma dinâmica  
e interactiva determinam a identidade de um povo, é de rigor  
moral, e dever de exactidão e justiça para com o povo timorense,  
reconhecermos que ~~essa~~<sup>a</sup> força misteriosa que os animou durante  
15 anos de dolorosa resistência é a prova evidente da sua iden-  
tidade. O genocídio de que foram vítimas só se explica pela  
sua forte identidade, pela sua alteridade em relação ao agressor  
ameaçando-o na sua coesão pois teve <sup>na</sup> que se medir com um Outro  
verdadeiramente Outro e ao mesmo tempo semelhante.

Mas regressando ao problema da identidade  
é ponto asente que apenas uma pequena parte da totalidade da  
experiência humana se volve em consciência. A experiência retida  
sedimenta-se na memória como entidade reconhecível e recordável.  
Esta sedimentação intersubjectiva torna-se propriedade do "socius"  
quando objectivada num sistema de símbolos transmissíveis de  
geração em geração sob a forma de linguagem. Através da linguagem  
a experiência adquire a sua dimensão acessível a todos incorpor-  
ando-a num amplo corpo de tradições. Os contos, mitos e lendas

transmitidos oralmente pelos mestres da palavra oculta, pelo maravilhoso, e simultaneamente revelam a experiência humana contida no inconsciente colectivo.

Verdadeiro santuário da sua antiguidade como povo, a poesia oral com a sua inocência e força incantatória acompanha, desde tempos imemoriais o pulsar da vida quotidiana deste povo laborioso e guerreiro. E foi mergulhando nessa fonte inesgotável de sonhos individuais e colectivos que poetas de várias gerações a utilizaram. Absorvendo essa inspiração e esse pulsar ancestrais a poesia escrita impregnou-se de exaltação patriótica.

Quando o poeta Jorge Lautém, do exílio a que o forçaram, escreve: "Enterrem o meu coração no Ramelau" está a designar aos seus conterrâneos a pátria territorial dos seus afectos e a afirmar que as raízes profundas do seu ser e da sua identidade as recebera daquela terra e daquele povo. O vínculo que exprime é o de uma identidade nacional comum cujo fundamento primeiro é o território de Timor-Leste receptáculo de uma entidade mais vasta e complexa que é o próprio povo maubere. O coração é aqui o símbolo de uma energia ~~xxx~~ que lhes lega para que a ponham ao serviço de um convívio recíproco e autónomo. Jorge Lautém, neste poema amargo não escolheu para seu repouso eterno nem a sombra delicada dos bambuais nem o fundo de um verde vale tranquilo nem a comunidade silente e rasa do campo santo. Ele escolheu um lugar mítico cujo chão sagrado é o símbolo da totalidade da terra maubere e, tendo como único horizonte o espaço curvo do Universo ele abarca quer a noite infinitamente grande das gerações de antepassados que são o corpo do passado maubere quer o dia claro e sempre novo das gerações vindouras. Ele quis poisar a sua voz no seio de uma complexa gravitação que tem

o território como matéria e o povo como força com memória histórica e consciência de um agir social no Tempo. Nesse tempo coexistem vários tempos: o mais remoto que é o da memória mítica, o passado mais ou menos próximo de dominação colonial portuguesa, o do presente que é de resistência pela conservação de uma identidade e tempo progressivo que é futuro próximo e projecto.

Falei de memória histórica. Poderá um povo ainda sem ter acedido à Independência <sup>e sua própria história escrita</sup> ser considerado como possuidor do sentido histórico? De facto, os documentos escritos sobre Timor foram registados sobretudo por portugueses sendo o mais antigo o Documento Sarzedas da autoria do conde do mesmo nome e governador da Índia e data de 1811. Neste curioso documento declara Sarzedas que havia em Timor reinos governados por reis, todos independentes até o ano de 1701. A análise das estruturas destes reinos que tinham de prestar vassalagem ao rei de Luca leva a supor a existência de um estado centralizado de cariz escravocrata. Durante o período colonial de penetração do território foram os reinos destruídos e desagregada a estratificação social subjacente. As migrações espontâneas e forçadas levaram a simbioses entre elementos sociais até então distanciados. Foi a época da partilha de uma experiência baseada numa condição social comum. É possível que uma corrente viva de vivência do momento histórico se tenha deste então estabelecido. Contudo, a disposição da História no espaço epistemológico tornando-a subsidiária das ciências humanas <sup>Como a psicologia, sociologia e as ciências da linguagem</sup> causou uma ruptura na concepção do homem histórico. O homem histórico é para o historiador dos nossos dias o homem vivo. Ora a geração que hoje nos ocupa se não sofreu o impacto da invasão japonesa do território viveu os ecos da propaganda anti-colonial que abalou fundamentalmente a sociedade timorense. A relação que se estabeleceu <sup>desde então</sup> entre os timorenses e a administração colonial portuguesa foi de "discórdia activa" envolvente e envolvendo forças

diferentes que mediam já as diferenças entre as respectivas forças. As elites que se iam formando e integrando no aparelho administrativo e militar não estavam alheias ao debate ideológico que se travava naquela zona do globo e veiculadas pela geração mais nova oriunda da classe de comerciantes chineses. Contudo, o poder colonial clássico nunca negou a existência do timorense como presença em si. As relações entre dominadores e dominados eram assumidas por ambas as partes como entre gentes que dissemelhavam sem que mutuamente se negassem. Nesse conflito latente havia lugar para que as ambições humanas florescessem para que as ideias se enraizassem para que uma língua nos unisse. Uma das ideias que mais fundamente penetrou na alma maubere a par da fé católica foi a ideia de Pátria.

José Alexandre Cusmão (Xanana) o comandante em chefe das Falintil exprime essa ideia no soneto "Pátria" e no poema "Mauberíades" imbuídos de um sentimento profundamente vivido e com uma forte tonalidade emotiva e sentido épico. Essa forma de sentir a Pátria herdaram-na da nossa tradição histórica e poética, herdaram-na de nós, portugueses.

"Pátria é, pois, o sol que deu o ser  
drama, poema, tempo e espaço  
das gerações que passam forte laço  
e as verdades que estamos a viver."

Se o homem histórico é o homem vivo grande é a nossa responsabilidade perante estes homens. Neles, algo de nós se afirma, algo de nós ali está ameaçado, algo de nós ali resiste. A luta de resistência ao agressor é a afirmação colectiva de um povo que se não conforma à passividade nem toma a situação de catástrofe lenta em que o obrigam a viver como um "factum" consumado. De facto a História entendida como ~~xx~~ o resultado de um processo de libertação humana não é conclusiva mas aberta a uma dinâmica do ser na possibilidade.

4

As lutas entre grupos que operavam já na cena histórica ~~depois~~ do 25 de Abril e reveladoras das contradições existentes na sociedade maubere nada têm a ver com uma crise de identidade mas com uma crise de crescimento. Os grupos, enquanto grupos, adquirem e alicerçam a sua identidade na relação que estabelecem com o que existe fora deles quer se trate de relações de homologia, de conflito ou de rivalidade.

Essa coesão que nunca apresentou fracturas profundas ficou provada quando, com a invasão e anexação do território o povo maubere sofreu a maior vicissitude da sua existência como povo: a experiência da negatividade absoluta e do genocídio. A sua consciência aprendeu como se pode viver a liberdade como uma necessidade urgente e continua ~~uma~~ <sup>uma</sup> luta de resistência típica dos povos que preferem morrer a perder a identidade erigindo-se como uma razão em armas que se não aliena ao mais forte, e opõe à massa brutal invasora a energia vital da sua esperança.

A situação do povo maubere é extremamente grave. A guerra de extermínio que lhe é movida não se explica apenas pela natureza do Estado invasor <sup>pele</sup> e instituição de morte que é o seu exército (prova-o a utilização de métodos raciais e tecnologias modernas para o serviço de E certo que a explosão demográfica e o fracasso das políticas de desenvolvimento tornam o território objecto da cobiça do império javanês porque potencial celeiro de arroz <sup>para</sup> ~~possível~~ instalação de populações com escassez de espaço vital. Contudo, o que torna o caso de Timor único no nosso tempo quer pela natureza do conflito quer pelas proporções que tomou deve-se ao fenómeno de entre indonésios e mauberes se ter instalado o problema da ~~identidade~~ <sup>identificação</sup>. A ficção da similitude e analogia criada como instituição protectora e tendente a gerar a confusão entre os que <sup>o poder</sup> para lá enviava desmoronou-se. O discurso ideológico contra a ameaça do comunismo ruiu. Os que lá chegaram constatarem com perplexidade: eles são como nós mas também são diferentes de nós.

*matança, sacrificam como no-c revolta de um missio-rio).*  
*mimético e de que me-lo sapul como leu- cad mela do, lijan-*



10  
opinião pública mundial.

O escândalo e a desonra nascem não de uma acção mas de uma omissão, de uma fuga e de um esquecimento. Temos que rapidamente continuar a agir de modo a obstar que o genocídio continue. Deixar que continuem a morrer pela lentidão posta na busca da paz e da Independência é o mesmo que deixar que triunfe a opressão e a injustiça. A morosidade é a arma corrosiva e eficaz dos opressores. Não basta pugnarmos pelos Direitos Humanos em Timor-Leste. É urgente denunciar a violação cometida à luz das normas que regem as Nações como a violação primeira e fundamental que expropriou a nação maubere do seu futuro e não tendo conseguido roubar-lhe a identidade a quer exterminar lenta e inexoravelmente.

Lamentaremos e lamentamos se acontecer que esta causa como tantas outras no passado e no presente sobreviva aos homens. O triunfo da justiça e dos princípios só será digno e justo se estiverem vivos os que num dado momento histórico os encarnaram.

A palavra desenvolve-se no Tempo. Os gregos diziam-na alada. Essa leveza de asa ao pisar espacialmente na "escrita" insere-se na história. Estes poetas combatentes de língua portuguesa fazem parte da nossa literatura, do nosso património cultural. É dentro desse espírito que aqui presto a minha homenagem não só aos milhares de timorenses mortos mas aos que lhes deram um rosto e uma voz. Aqui lembro Borja da Costa, Afonso Araújo e Vicente dos Reis Sahe.

Joana Ruas

29/4/89